

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

TATIANA CIRLA LIMA SAMPAIO

ANÁLISE DE BALANÇO



JUNHO / 1994

FORTALEZA - CEARÁ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

TATIANA CIRLA LIMA SAMPAIO

ANÁLISE DE BALANÇO

Monografia submetida à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Contabilidade pela Universidade Federal do Ceará.

JUNHO / 1994

FORTALEZA - CEARÁ

Esta monografia foi submetida como parte dos requisitos necessários a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, outorgado pela Universidade Federal do Ceará.

A citação de qualquer texto desta Monografia é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

Monografia aprovada em ____/____/____

Prof^ª. Denise Correia
Orientadora da Monografia

Professor Silvio Leitão
Coordenador da Disciplina

Professor convidado à
Banca Examinadora

Agradecimento

A Deus.

Aos meus pais.

A minha irmã.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1 - INTRODUÇÃO	6
2- ESTRUTURA DO PATRIMÔNIO DAS EMPRESAS	9
3. EQUAÇÃO PATRIMONIAL	11
4. BALANÇO PATRIMONIAL	12
4.1. Contas do Ativo	12
4.1.1. Ativo Circulante	12
4.1.2. Ativo Realizável a Longo Prazo	12
4.2. CONTAS DO PASSIVO	13
4.2.1. Passivo Circulante	13
4.2.2. Passivo Exigível a Longo Prazo	13
4.3. CONTAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14
4.3.1. Capital Social	14
4.3.2. Reservas de Capital	14
4.3.3. Reservas de Reavaliação	14
4.3.4. Reservas de Lucros	14
4.3.5. Lucros Acumulados	15
5. ESTRUTURA DO BALANÇO PATRIMONIAL	16
6. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	17
7. ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	18
8. DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	20
9. ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA	23
9.1. Processos de Análise	24
9.2. Análise Vertical	24
9.3. Análise Horizontal	26
9.4. ANÁLISE POR QUOCIENTES	29
9.4.1 — Quocientes de Liquidez	29
9.4.2 — Quocientes de Endividamento	31
9.4.3 — Quocientes de Atividades (Operacional)	32
9.4.4 — Quocientes de Rentabilidade	34
9.4.5 — Quocientes de Análise de Rentabilidade por Ações	36
9.4.6 — Quocientes de Cobertura	37
METODOLOGIA	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39

APRESENTAÇÃO

Com a evolução dos tempos, os métodos e princípios que regem o avanço tecnológico tiveram que ser aprimorados. No complexo industrial e comercial, sente-se a necessidade a cada instante, de parâmetros que nos indiquem o sucesso ou o insucesso das decisões tomadas, para que, dessa forma, se faça prevalecer a lei econômica de se obter o máximo. Nesse perfil, surgiu a Análise Financeira, que apresentando suas fórmulas através de quocientes econômicos e financeiros, analisa o presente (estático) e prevê o futuro através de projeções.

O presente trabalho tem por finalidade a divulgação técnica mais aprimorada e indispensável a estudantes e profissionais da área contábil, econômica e financeira, em um linguajar simples e prático, de maneira a torná-lo mais abrangente possível.

Para que o objetivo fosse alcançado, elaborou-se pequena parte introdutória à contabilidade, essencial para nosso estudo, para que se possam reativar os conhecimentos já existentes e também atender à necessidade dos poucos esclarecidos na matéria.

1 - INTRODUÇÃO

Em qualquer ramo de atividade, para tomar uma decisão, o homem necessita do conhecimento de uma série de informações.

Assim, quando precisamos adquirir um bem de uso durável para a nossa casa (geladeira, televisor etc.), procuramos saber seu preço e as condições de pagamento. Porém, para decidirmos sobre a compra, consultamos nossas disponibilidades em dinheiro, o volume das obrigações já assumidas (prestações, aluguéis etc.), e o montante dos nossos redimentos.

Em geral, essas informações são armazenadas em nossa memória ou em simples anotações, mas representam, sem dúvida, importantes subsídios para nossas decisões. Eis que, por não havermos considerado uma determinada dívida mensal, poderíamos contrair nova obrigação e, posteriormente, verificar a impossibilidade de saldá-la.

Esses e outros problemas semelhantes são comuns ao cotidiano dos indivíduos, tanto no âmbito familiar, como no meio empresarial.

No caso da empresa, com maior grau de complexidade, tais problemas geram uma necessidade constante de se manterem atualizadas as informações, de forma a permitir, a qualquer momento, a adoção de medidas adequadas ao perfeito desempenho das atividades.

Particularmente, com relação às informações econômico-financeiras, a empresa se utiliza do instrumental posto à sua disposição pela Contabilidade.

Nessas condições, a Contabilidade tem como objetivo o estudo e controle do patrimônio da empresa, a fim de fornecer informações sobre sua composição qualitativa e suas variações quantitativas.

Portanto, o campo de aplicações é a empresa; o seu objetivo, o patrimônio da empresa.

Pelo registro de todos os fatos relacionados com a formação, movimentação e variações do patrimônio, a Contabilidade exerce o controle, fornecendo as informações necessárias à ação administrativa, bem como a outros interessados na situação econômico-financeira da empresa.

Através esses registros, elaborados de acordo com procedimentos técnicos específicos, a Contabilidade consolida as informações coletadas em diversos demonstrativos: balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração de lucros (ou prejuízos) acumulados, demonstração de origens e aplicações de recursos.

Pela utilização de métodos e técnicas apropriadas de decomposição, comparação e interpretação dos conteúdos das várias demonstrações financeiras, a Análise Financeira oferece dados de grande utilidade a todos os interessados na gestão empresarial (administradores, sócios ou acionistas, fornecedores, instituições financeiras, governo). Essa técnica é conhecida como Análise de Blancos ou Análise Econômico-financeira.

As informações contábeis são, portanto, utilizadas com diversos objetivos, mas sempre visando, em última análise, a um melhor conhecimento da situação econômica-financeira da empresa.

Dentre os principais usuários das informações contábeis destacamos:

a) Administradores - a tomada de decisões envolve, como já dissemos, o conhecimento de diversos aspectos que se relacionam com a ação a ser desenvolvida pelo empresário. A compra de equipamentos e matérias-primas, a produção e venda de produtos, a contratação de novos empregos e outros problemas comuns à gestão administrativa exigem, entre outras, informações de ordem econômico-financeira. Assim, como esses dados são fornecidos pelo sistema contábil da empresa, os seus administradores devem dar todo apoio aos órgãos componentes do referido sistema, a fim de obter maior eficácia nas suas decisões.

b) Sócio ou Acionistas - o obtenção de maiores lucros é o principal objetivo dos sócios ou acionistas de uma empresa. Quando não participam diretamente da administração, esses investidores estão interessados em

saber a situação econômica-financeira do empreendimento de que fazem parte. Tais informações podem ser obtidas através da análise das demonstrações financeiras da empresa (balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração de lucros (ou prejuízos) acumulados, demonstração de origens e aplicações de recursos.

c) Fornecedores e instituições financeiras - na concessão de crédito, tanto os fornecedores de materiais e serviços, como os bancos e outras instituições financeiras estão interessados em conhecer a situação de seus clientes, de modo a assegurar um tranqüilo retorno dos financiamentos concedidos. Nesses casos, é comum se utilizarem de vários demonstrativos contábeis da empresa postulante de crédito, a fim de decidirem sobre a viabilidade da sua concessão.

d) Governo - as diversas entidades governamentais precisam conhecer a situação econômica-financeira da empresa, não só com objetivos de tributação, mas também para definir a própria política econômica do Município, Estado ou País, atribuindo incentivos ou desestímulos a determinados setores da economia: incentivos à exportação, implantação de empresas em áreas carentes, controle de preços, intervenções em empresas ect. Para tanto, o Governo se vale de informações exigidas das empresas, dentre as quais destacamos as de cunha eminentemente contábil: balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstrativos de custos de produção e/ ou de comercialização ect.

2- ESTRUTURA DO PATRIMÔNIO DAS EMPRESAS

Podemos conceituar o patrimônio como um conjunto de elementos, com conteúdo econômico (avaliável em dinheiro), pertencente a uma entidade que o explora ou utiliza com um objetivo determinado.

Esses complexos de valores é formado, de um lado, pelas fontes de financiamento ou origens de recursos; de outro, pela demonstração de como foram aplicados esses recursos (investimentos ou aplicações).

Os recursos da empresa são originários de duas fontes básicas: capitais próprios e capitais de terceiros. Os capitais próprios estão representados pelos recursos cedidos à empresa pelos seus proprietários (sócios ou acionistas), bem como pelos acréscimos resultantes de reservas e lucros acumulados. Os capitais de terceiros são os recursos obtidos de pessoas não vinculadas diretamente à empresa. Os capitais de terceiros são representados por créditos concedidos pelos fornecedores na aquisição de bens ou serviços, financiamentos obtidos de instituições financeiras e outras obrigações contraídas pela empresa em decorrência de seu funcionamento.

Os recursos obtidos pela empresa (capitais próprios e de terceiros) serão aplicados nas suas operações, principais e acessórias. Dependendo do seu tipo de atividade, a empresa precisará investir recursos na compra de imóveis, equipamentos, máquinas, veículos e outros bens para seu uso próprio. Esses bens de uso permanente, denominam-se imobilizações técnicas, e a empresa não deve vendê-los sob pena de ter que retrair ou, até mesmo, paralisar suas atividades operacionais. Assim, tais bens só serão vendidos em situações especiais (perda de sua utilidade, obsolescência, substituição etc.).

A empresa pode ter como finalidade participar de outras empresas, a fim de realizar seu objeto social ou para beneficiar-se de incentivos. Poderá aplicar seus recursos em outros elementos que, embora de caráter permanente, não se destinem à manutenção de suas atividades básicas. Esses investimentos são denominados imobilizações financeiras.

Além disso, a empresa necessita de dinheiro para efetuar pagamentos a empregados, fornecedores, tributos e outras obrigações. O dinheiro pode estar em seus cofres ou depositados em bancos. Tais recursos, de utilização imediata, denominam-se disponibilidade ou disponível.

Para suas operações, a empresa se utiliza de outros elementos. Por isso, aplica seus recursos na aquisição de bens destinados à venda ou à produção (mercadorias e matérias - primas); concede crédito a seus clientes em vendas a prazo e outros tipos de aplicações a curto ou a longo prazo.

As aplicações feitas em disponibilidades, bens de consumo, bens de venda, direitos de crédito e outros valores a curto prazo denominam-se investimentos circulantes, porque estão em constante movimentação, em consequência da exploração da atividade da empresa.

3. EQUAÇÃO PATRIMONIAL

O patrimônio de uma empresa divide-se em três partes distintas, a saber.

1. ATIVO (A);
2. PASSIVO (P);
3. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PL).

O Ativo é o conjunto das aplicações feitas pela empresa (imobilizações técnicas e financeiras, investimentos circulantes). O Ativo é, portanto, o conjunto de bens e direitos da empresa.

O Passivo é constituído pelas fontes ou origens de recursos externos (capitais de terceiros); abrange as obrigações assumidas perante terceiros.

O Patrimônio é representado pelos recursos cedidos pelos sócios ou acionistas da empresa e seus acréscimos decorrentes de lucos acumulados e formação de reservas. O Patrimônio Líquido se constitui da diferença entre o montante das aplicações (ATIVO) e os recursos provenientes de terceiros (PASSIVO). Quando a diferença for positiva, ou seja, o Ativo maior que o Passivo diz-se que a empresa apresenta situação líquida positiva. Caso a diferença seja negativa, Ativo menor que o Passivo, diz-se que a empresa apresenta patrimônio com *Passivo a Descoberto* (PD).

Em resumo, a equação básica do patrimônio de uma empresa pode apresentar três situações distintas:

1. $A - P = PL$, quando $A > P$;
2. $A - P = SLN$ (situação líquida nula), quando $A = P$;
3. $A - P = PD$, quando $A < P$.

4. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial tem por objetivo demonstrar a situação do patrimônio da empresa, em determinada data, normalmente ao término de cada exercício social. A lei recomenda que as contas do balanço sejam classificadas segundo os elementos do patrimônio que elas representam, sendo agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da empresa. Para tanto, as contas do Ativo deverão ser dispostas em ordem decrescente de realização ou conversibilidade (grau de liquidez), e as contas do Passivo, na mesma ordem, quanto ao seu grau de exigibilidade.

4.1. Contas do Ativo

As contas do Ativo registram os tipos e finalidades das aplicações de recursos feitas pela empresa, de modo que se possa identificar as classes de bens e direitos que integram o seu patrimônio.

4.1.1. Ativo Circulante

Bens e direitos realizáveis até 12 meses, compreendendo as aplicações em disponibilidades (caixa, depósito de retirada livre), bem como os direitos de crédito sobre clientes e outros devedores da empresa (duplicatas a receber, contas a receber), os estoques de bens (mercadorias, produtos acabados, produtos semi-elaborados, matérias-primas) e outros bens e valores.

4.1.2. Ativo Realizável a Longo Prazo

Representado pelas aplicações em immobilizações técnicas e financeiras. O Ativo permanente é subdividido em: Investimentos (immobilizações

financeiras), Ativo Imobilizado (Imobilizações Técnicas) e Ativo Diferido. No subgrupo *Investimentos*, são classificadas as participações permanentes em outras empresas (coligadas, controladas), os imóveis destinados à renda etc. O Ativo Imobilizado é constituído pelos bens de uso permanente (imóveis, máquinas e equipamentos, veículos, móveis e utensílios de escritório) e direitos de propriedade ou de exploração de jazidas, marcas, patentes.

Do Ativo Diferido fazem parte as despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social, tais como: despesas pré-operacionais, despesas com organizações e reorganização da empresa, gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos, gastos com prospecção de jazidas e recursos minerais, gastos com benfeitoria em propriedade de terceiros.

A depreciação, amortização e exaustão acumuladas aparecerão como parcelas subtrativas, dentro dos respectivos subgrupos do Ativo Permanente a que se referirem.

4.2. CONTAS DO PASSIVO

Deverão ser classificadas no Passivo todas as contas que registrem obrigações assumidas pela empresa para com terceiros.

4.2.1. Passivo Circulante

Compreende as obrigações vencíveis até 12 meses da data de levantamento do balanço, tais como as dívidas com fornecedores, instituições financeiras, encargos e tributários.

4.2.2. Passivo Exigível a Longo Prazo

Registra as obrigações da empresa que tiverem, na data de balanço, prazos de pagamento superiores a 12 meses.

4.3. CONTAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Fazem parte do Patrimônio Líquido as contas representativas do capital social da empresa, as reservas constituídas e os lucros acumulados.

4.3.1. Capital Social

Deverá ser discriminado o montante de capital subscrito pelos sócios ou acionistas e, por dedução, a parcela do capital ainda não-integralizada.

4.3.2. Reservas de Capital

Compreende as reservas formadas com ágio recebido na subscrição de ações, doações, subvenções, produtos de alienação de bônus de subscrição e partes beneficiárias, prêmios recebidos na emissão de debêntures e, ainda, a reserva resultante da correção monetária do capital.

4.3.3. Reservas de Reavaliação

Serão classificadas como reservas de reavaliação as contrapartida de aumentos de valor atribuídos a elementos do ativo, em virtude de novas avaliações, com base em laudo técnico elaborado por peritos ou empresas especializadas, aprovado pelos sócios ou acionistas em assembléia geral.

4.3.4. Reservas de Lucros

São as reservas constituídas com a apropriação dos lucros obtidos pela empresa. Podem ser determinadas por força de lei (reserva legal), como base nos estatutos da empresa (reservas estatutárias) ou por deliberação dos sócios ou acionistas (reservas para contingências, planos de investimentos, lucros a realizar).

4.3.5. Lucros Acumulados

Representa a parcela de lucro remanescente, após a constituição de reservas e distribuição de dividendos, que a empresa pretenda manter retida para uso em futuro aumento de capital, absorção de prejuízos ou outras destinações, a critério dos sócios ou acionistas. Caso a empresa tenha prejuízo, deverá absorvê-lo com lucros ou reservas. Não havendo condição de absorção, os prejuízos acumulados deverão figurar como parcela subtraída no grupo do Patrimônio Público.

5. ESTRUTURA DO BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE

Caixa
Bancos
Duplicatas a Receber
(-) Prov. p/ Deve. Duv.
Estoques
Títulos e Valores Mobil.

ATIVO REAL. A LONGO PRAZO

Duplicatas a Receber
(acima de 12 meses)
Títulos e Valores Resgatáveis
a Longo Prazo

ATIVO PERMANENTE

INVESTIMENTOS

Participações Societárias
(de caráter permanente)
Imóveis Destinados à Renda

ATIVO IMOBILIZADO

Imóveis em uso
Máquinas e Equipamentos
Móveis e Utensílios
Veículos
(—) Depreciação Acumulada

ATIVO DEFERIDO

Despesas Pré-Operacionais

PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores
Encargos Sociais a Recolher
Impostos a pagar
Títulos a Pagar

PASSIVO EXIG. A LONGO PRAZO

Financiamentos a Longo Prazo

RES. EX. FUTUROS

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social
Capital subscrito
(—) Capital a realizar

Reservas de Capital

Reserva de ágio
Reserva de correção do capital

Reservas de Reavaliação

Reserva de realiz. de mov. de uso.

Reserva de Lucros

Reservas legal
Reservas Estatutárias

Lucros Acumulados

6. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Ao término de cada exercício social, a empresa deverá apurar o resultado de sua gestão econômico-financeira. Esse resultado é obtido da diferença entre as receitas e despesas; a diferença traduz um resultado positivo, denominado *lucro*. Caso contrário, isto é, quando as receitas são inferiores às despesas, o resultado negativo é chamado *prejuízo*.

ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÕES

A demonstração do resultado do exercício tem por objetivo apresentar a formação do resultado do exercício, relacionando todas as receitas obtidas, os custos e as despesas incorridas, segundo sua natureza. Como já ficou dito, do confronto entre as receitas e os custos do período resultará o lucro ou o prejuízo das operações realizadas pela empresa.

De acordo com a Lei nº 6.404/74 (Lei das Sociedades por Ações)¹, a demonstração do resultado do exercício terá a seguinte disposição:

(1) Ver: Sérgio de Idicibus, "Análise de Balanço", pág. 189.

7. ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Vendas de Produtos ou Mercadorias

Prestação de Serviços

2. DEDUÇÕES

Devoluções de Produtos ou Mercadorias

Abatimentos Concedidos Incondicionalmente

Impostos Incidentes Sobre as Vendas

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

4. CUSTOS OPERACIONAIS

Custos dos Produtos ou Mercadorias Vendidas

Custos dos Serviços Prestados

5. LUCRO (OU PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO

6. DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas Comerciais

Despesas Administrativas

Despesas Financeiras

Outras Despesas Operacionais

7. LUCRO (OU PREJUÍZO) OPERACIONAL LÍQUIDO

8. RESULTADO NÃO-OPERACIONAL

Receitas Não-Operacionais

(—) Despesas Não-Operacionais

9. (+) ou (—) RESULTADO DA CORREÇÃO MONETÁRIA

10. RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA

11. PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA

12. RESULTADO DO EXERCÍCIO DEPOIS DO IMPOSTO DE RENDA

13. PARTICIPAÇÕES

Participação de Empregados

Participação de Administradores

Contribuição p/ Fundo de Assistência ou Previdência de Empregados

14. LUCRO (OU PREJUÍZOS) LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO

(CR\$ por ação do Capital Social)

8. DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Apurado o lucro líquido do exercício, surge para a administração empresarial um problema de fundamental importância: como distribuir o lucro.

As diversas formas de distribuição têm profundas repercussões na vida da empresa. Por isso, qualquer decisão nesse sentido deverá ser encaminhada cuidadosamente. Os lucros podem ter duas destinações principais:

a) *Distribuição Direta* — São as parcelas do lucro líquido que passam diretamente às mãos dos sócios, quotistas ou acionistas, sob a forma de participação ou dividendos;

b) *Distribuição Indireta* — São as parcelas do lucro líquido que permanecem retidas na empresa, sob forma de reservas ou lucros acumulados. Representam, portanto, um reforço do capital da empresa.

Para as sociedades por ações, existem dispositivos legais que devem ser observados na época da destinação dos lucros de cada exercício, entre os quais:

a) do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, deduzir-se-á uma parcela de 5% para a formação da reserva legal;

b) parte do lucro pode ser destinada à formação de outras reservas, desde de que devidamente indicada, de modo preciso e completo, a sua finalidade;

c) o total das reservas de lucros não poderá ultrapassar o montante do capital social realizado;

d) os diretores não poderão receber gratificações ou qualquer forma de participação nos lucros da empresa, quando os acionistas não receberem um dividendo mínimo obrigatório.

Além das determinações legais, existem exigências estatutárias ou contratuais que prescrevem a forma de distribuição dos lucros da empresa. Do mesmo modo que, em determinadas circunstâncias, os órgãos da administração da empresa poderão arbitrar a melhor maneira de se distribuírem os lucros obtidos.

A proporção ideal entre as parcelas dos lucros a serem distribuídos, direta ou indiretamente, dependerá sempre de um exame aprofundado de cada caso. Em princípio, nunca se deverá distribuir a totalidade dos lucros, sob pena de se descapitalizar a empresa. No caso das sociedades por ações, a própria legislação impede tal possibilidade. Pode-se dizer, então, que a destinação dos lucros deverá ser originada no sentido de:

a) resguardar a estrutura econômico-financeira da empresa, possibilitando o fortalecimento de seus capitais próprios;

b) oferecer remuneração satisfatória aos sócios ou acionistas a uma taxa, se possível, superior à taxa média de juros do mercado, considerando-se os riscos inerentes aos negócios.

A destinação do resultado do exercício será apresentada na demonstração de lucros (ou prejuízos) acumulados de acordo com o seguinte modelo:

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS (OU PREJUÍZOS) ACUMULADOS

SALDO DE LUCROS ACUMULADOS NO INÍCIO DO PERÍODO

- (+/-) Ajustes de Exercícios Anteriores
- (+) Correção Monetária sobre o Saldo Inicial
- (+) Reversão de Reservas
- (+) Lucro Líquido do Exercício

LUCRO TOTAL DISPONÍVEL

- (-) Transferências para Reservas de Lucros
 - a) Reserva Legal
 - b) Reservas Estatutárias
 - c) Reservas para Contingências
 - d) Retenção de Lucros (Reserva Orçamentária)
 - e) Reserva de Lucros a Realizar
- (-) f) Dividendos

SALDO DE LUCROS ACUMULADOS NO FINAL DO PERÍODO

9. ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Após estudar os conceitos e a estrutura das demonstrações básicas, procedemos ao estudo da metodologia a ser seguida na interpretação dos dados obtidos, sob dois aspectos principais: o financeiro e o econômico.

A análise econômico-financeira, ou, simplesmente, análise de balanços, por finalidade a observação e o confronto dos elementos financeiros, econômicos e patrimoniais da empresa, visando à sua interpretação, de modo a revelar os fatores antecedentes e determinantes da situação atual e, também, principalmente, orientar tomadas de decisões futuras, tendo como base o desempenho financeiro da empresa, como, por exemplo, injeção de recursos no capital de giro, no ativo fixo da empresa, ou em ambos, aumento ou diminuição da capacidade de produção da empresa, desenvolvimento de programas de melhoria de produtividade e aperfeiçoamento de mão-de-obra, adoção de políticas de benefícios ao trabalhador, dinamização de vendas, determinação do retorno ideal para o investimento ou ainda comparação do desempenho da empresa com o de empresas concorrentes, dentre outros.

A fim de permitir uma correta interpretação dos dados contidos nas demonstrações contábeis, é necessário proceder-se a certas retificações e reclassificações de alguns valores nelas registrados. Para isso, é preciso que se conheçam as operações da empresa e os objetivos da análise, para quem e por que analisar.

Atualmente, com a padronização das demonstrações, definida de forma clara e precisa, os demonstrativos contábeis estão praticamente prontos para serem analisados, ficando os ajustes, porventura necessários, a critério de cada analista, em função dos objetivos da análise.

9.1. PROCESSOS DE ANÁLISE

Conforme já ressaltado, a análise das demonstrações contábeis será sempre orientada em função dos objetivos do analista.

Assim, a maior ou menor profundidade dos exames a serem procedidos dependerá da finalidade que se tenha em vista alcançar. Em qualquer análise, entretanto, terá que ser seguido um método de trabalho. Na literatura sobre análise de balanços, são citados vários métodos, dentre os quais destacamos:

- a) Análise Vertical;
- b) Análise Horizontal;
- c) Análise por Quocientes.

9.2. ANÁLISE VERTICAL

Este método consiste no relacionamento dos valores de cada conta de um grupo com o total do respectivo grupo, bem como do total de cada grupo com o montante do Ativo; do Passivo ou do Patrimônio Líquido, em termos percentuais. Também é aplicado em outras demonstrações, como, por exemplo, na Demonstração do Resultado do Exercício, quando se determinam as relações percentuais entre cada tipo de receita e o total das receitas do mesmo período; os custos em relação ao montante das receitas do exercício; composição dos custos de produção e das despesas operacionais, e assim por diante.

Exemplos:

ATIVO IMOBILIZADO	CR\$ (000)	%
Imóveis de Uso	150.000	26,9
Máquinas e Equipamentos	80.000	25,0
Veículos	30.000	9,4
Móveis	60.000	18,7
TOTAL	320.000	100,0

ELEMENTOS	CR\$ (000)	%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	200.000	100,0
Vendas de Produtos	150.000	75,0
Prestação de Serviços	50.000	25,0
CUSTO OPERACIONAL	(90.000)	(45)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	110.000	55
DESPESAS OPERACIONAIS	(40.000)	(20)
LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO	70.000	35,0
ATIVO	CR\$ (000)	%
Circulante	500.000	47,6
Realizável a Longo Prazo	200.000	10,1
Permanente	350.000	33,3
TOTAL	1.050.000	100,0
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	CR\$ (000)	%
Circulante	350.000	33,3
Exigível	250.000	23,8
Patrimônio Líquido	450.000	42,9
TOTAL	1.050.000	100,0

9.3. ANÁLISE HORIZONTAL

A análise permite a avaliação do crescimento ou diminuição dos componentes das contas do Balanço Patrimonial, bem como as do Demonstrativo de Resultado e do respectivo total, através de uma série histórica (vários anos ou períodos sociais).

A análise implica, necessariamente, uma série de períodos sucessivos.

O instrumento utilizado para avaliação do crescimento monetário dos componentes patrimoniais ou de resultado é conhecido como *número-índice*.

O processo de cálculo para determinação dos números-índice é bastante simples. Adota-se o índice 100 (cem) como representativo dos valores monetários do ano que serve de base para o confronto com os valores dos demais períodos. Por regra de três simples e direta, calculam-se os números-índice correspondentes aos períodos que serão confrontados com o período-base.

“Em economias inflacionárias, faz-se necessário que o estudo das Demonstrações Financeiras (Balanço Patrimonial e Demonstrativos de Resultado), seja fundamentado em suas evoluções reais, ou seja, em valores depurados da inflação; para tanto é necessário que se coloquem todos os valores que estão sendo analisados em moeda representativa do poder de compra de determinada data. Se a data escolhida for a do último relatório, tem-se que desindexar (deflacionar)”. (Ver: “Administração Financeira — As Finanças das Empresas sob Condições Inflacionárias”, Eliseu Martins e Alexandre Assaf Neto, págs. 239 a 242).

O período-base não será necessariamente o primeiro da série histórica. O período-base deverá ser aquele em que a empresa tenha exercido suas operações em condições normais ou satisfatórias.

Urge ressaltar, porém, que o analista não deverá selecionar, como período-base, um período social em que tenham ocorrido anormalidade (retração de mercado, restrição de crédito).

Ressalvadas as condições supracitadas, normalmente, em análise horizontal, o primeiro exercício da série histórica é o escolhido para servir de base.

Ao se comparar a evolução nominal do ativo com evolução real do ativo, nota-se claramente que, no primeiro caso, a conta do ativo apresenta uma situação favorável, mas, ao se analisar o segundo caso, nota-se que a realidade é completamente diversa, ou seja, constata-se uma diminuição na conta do ativo.

Exemplo 01

EVOLUÇÃO NOMINAL DO ATIVO PERÍODO 1989/1992 - ANO BASE: 1989

ANO \ ÍTEM	1989		1990		1991		1992	
	CR\$ (000)	IND	CR\$ (000)	IND	CR\$ (000)	IND	CR\$ (000)	IND
Ativo Circulante	280.000	100	480.000	1,71	782.000	2,79	1.100.000	3,93
Ativo Real L. P.	40.000	100	84.000	2,10	68.000	1,70	100.000	2,50
Ativo Permanente	480.000	100	636.000	1,33	850.000	1,77	900.000	1,88
ATIVO TOTAL	800.00	100	1.200.000	1,50	1.700.000	2,13	2.100.000	2,63

Exemplo 02

EVOLUÇÃO REAL DO ATIVO
PERÍODO 1989/1992
ANO-BASE: 1989

Considerando-se os Índices Gerais de Preços Médios publicados pela revista Conjuntura Econômica: 1989 = 897,3, 1990 = 1.753,7, 1991 = 4.463,8 e 1992 = 14.311,7. Ao inflacionar, teremos os seguintes índices multiplicadores:

1989 = 15.949;

1980 = 9.161;

1991 = 3.206; e

1992 = 1

Aplicando estes índices aos valores nominais do exemplo anterior, teremos os seguintes valores reais.

ANO \ ÍTEM	1989		1990		1991		1992	
	CR\$ (000)	IND	CR\$ (000)	IND	CR\$ (000)	IND	CR\$ (000)	IND
Ativo Circulante	4.465.720	100	3.917.280	0,88	2.507.092	0,56	1.100.000	0,25
Ativo Real L. P.	637.960	100	685.524	0,17	218.008	0,34	100.000	0,16
Ativo Permanente	7.655.520	100	5.190.396	0,68	2.725.100	0,36	900.000	0,12
ATIVO TOTAL	12.759.200	100	9.793.200	0,77	5.450.200	0,43	2.100.000	0,16

9.4. ANÁLISE POR QUOCIENTES

A análise por quocientes visa a estabelecer a relação entre dois valores de natureza diferente, indicando quantas vezes um contém o outro, ou a proporção de um em relação ao outro.

Esse tipo de análise é adotado usualmente no estudo da capacidade financeira da empresa e da rentabilidade dos investimentos.

A análise por quocientes permite evidenciar relações importantes, principalmente quando é aplicada na comparação entre elementos de vários anos ou exercícios consecutivos de uma empresa.

9.4.1 — Quocientes de Liquidez

Os Quocientes de Liquidez indicam a capacidade que a empresa apresenta em atender corretamente a suas dívidas. Apesar de estarem normalmente circunscritos a um curto prazo, o índice de liquidez geral permite que se obtenham também algumas informações de longo prazo.

Quanto maiores se apresentarem estes índices, mais se evidencia uma melhor capacidade da empresa em resgatar pontualmente todas as suas obrigações. É evidente que a liquidez depende, em grande parte, da capacidade que certos ativos circulantes (realizável e estoques) apresentam em se converter em caixa, ficando a critério do analista, neste particular, atribuir maior ou menor importância a cada um dos índices relacionados.

a) Quociente de Liquidez Absoluta (Imediata):

$$\frac{\text{DISPONÍVEL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

O valor encontrado representa o que a empresa possui, a curtíssimo prazo (em caixa), para saldar as dívidas a curto prazo (até 365 dias).

b) Quociente de Liquidez Corrente:

$$\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

Este quociente nos informa quanto dispomos, a curto prazo para saldar as dívidas de curto prazo.

c) Quociente de Liquidez Seca:

$$\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} - \text{ESTOQUES}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

Considerando-se que os estoques fazem parte do ativo circulante, que, muitas vezes, não se pode transformar em dinheiro a curto prazo, este quociente representa então, o que a empresa dispõe a curto prazo para saldar as dívidas a curto prazo, sem considerar os estoques da empresa.

d) Quociente de Liquidez Geral:

$$\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REAL. A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIG. A L. PRAZO}}$$

Este quociente objetiva avaliar, a longo prazo (mais de 365), a saúde financeira da empresa.

e) Quociente de Solvência Geral:

$$\frac{\text{ATIVO REAL}}{\text{EXIGÍVEL}}$$

Este quociente avalia quanto a empresa possui no período de atividades para saldar o total de sua dívida a longo prazo.

O ativo real é encontrado, subtraindo-se o diferido do ativo total.

9.4.2 — Quocientes de Endividamento

Os quocientes de endividamento demonstram o grau de dependência financeira da empresa com relação à utilização de recursos de terceiros.

a) Quociente de Participação de Capitais de Terceiros Sobre Recursos Totais:

$$\frac{\text{EXIGÍVEL TOTAL}}{\text{EXIGÍVEL TOTAL} + \text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$$

O quociente representa, em termos percentuais, qual a participação de recursos de terceiros no total do ativo.

b) Quociente de Participação de Capitais de terceiros Sobre Capitais Próprios:

$$\frac{\text{EXIGÍVEL TOTAL}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$$

Este quociente reflete a dependência da empresa de recursos de terceiros.

c) Quociente de Participação das Dívidas a Curto Prazo Sobre o Endividamento Total:

$$\frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}{\text{EXIGÍVEL TOTAL}}$$

O quociente determina qual a parcela a vencer a curto prazo, no total do endividamento.

9.4.3 — Quocientes de Atividades (Operacional)

Os quocientes operacionais são bem mais dinâmicos e permitem que se obtenha a liquidez de cada uma das fases do ciclo operacional da empresa, ou seja, liquidez dos estoques, das contas a pagar e das contas a receber.

Estes quocientes representam a velocidade com que os elementos patrimoniais giram por determinado período de tempo na empresa.

a) Quocientes de Rotação de Estoques de Produtos:

$$\frac{\text{CUSTO DE PRODUTOS VENDIDOS}}{\text{ESTOQUE MÉDIO DE PRODUTOS}}$$

Este quociente determina quantas vezes foi renovado o estoque em função das vendas.

O estoque médio é encontrado pela média aritmética do estoque inicial e o final.

b) Prazo Médio de recebimento das Vendas:

$$\frac{\text{DUPLICATA A RECEBER MÉDIO} \times 360}{\text{VENDAS}}$$

Este quociente indica quantos dias a empresa deverá esperar, em média, para receber suas vendas a prazo.

A conta duplicata a receber médio é encontrada a partir da média da diferença da conta *títulos descontados e clientes*:

c) Prazo Médio das Contas a Pagar

$$\frac{\text{CONTAS A PAGAR MÉDIO} \times 360}{\text{COMPRAS}}$$

Este quociente indica o período em que a empresa deverá efetuar seus pagamentos a fornecedores.

As contas a pagar médio são encontradas a partir da média aritmética das contas a pagar.

As compras são encontradas, subtraindo-se o estoque inicial dos produtos vendidos e somando-se os estoques finais.

d) Quociente de Posicionamento Relativo:

$$\frac{\text{PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTOS}}{\text{PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS}}$$

Este quociente indica a relação entre o prazo médio de recebimentos das vendas em relação ao prazo médio dos pagamentos da empresa.

e) Rotação do Ativo:

$$\frac{\text{VENDAS LÍQUIDAS}}{\text{ATIVO MÉDIO}}$$

Este quociente indica quantas vezes o ativo girou em função das vendas.

O ativo médio é encontrado a partir da média aritmética do ativo total.

f) Prazo Médio de Renovação de Estoques

$$\frac{\text{ESTOQUE MÉDIO} \times 360}{\text{CUSTO DAS VENDAS}}$$

Reflete o prazo médio de renovação de estoque da empresa.

O estoque médio é encontrado a partir da média aritmética dos estoques.

9.4.4 — Quocientes de Rentabilidade

Os quocientes de rentabilidade visam à avaliação dos resultados da empresa em relação a diversos parâmetros, tais como vendas, ativo total e patrimônio líquido. O mercado em geral atribui enorme importância à rentabilidade, constituindo-se para os credores em excelentes testemunho de garantia e sucesso do empreendimento. Empresas com baixa (ou negativa) rentabilidade costumam sofrer certas restrições de crédito, notadamente no que se refere a uma limitação do volume oferecido e a um acréscimo nas taxas de juros cobradas como decorrência de maior risco operacional envolvido.

a) Margem Bruta de Vendas:

$$\frac{\text{LUCRO BRUTO}}{\text{VENDAS LÍQUIDAS}}$$

Este quociente representa qual a margem de lucro bruto da empresa sobre suas vendas líquidas.

b) Margem Líquida de Vendas:

$$\frac{\text{LUCRO LÍQUIDO}}{\text{VENDAS LÍQUIDAS}}$$

Este quociente indica qual a margem de lucro líquido da empresa sobre suas vendas líquidas.

c) Margem do Lucro Operacional:

$$\frac{\text{LUCRO OPERACIONAL}}{\text{VENDAS LÍQUIDAS}}$$

Este quociente é o confronto do lucro da empresa com suas vendas líquidas.

d) Giro do Ativo Total:

$$\frac{\text{VENDAS LÍQUIDAS}}{\text{ATIVO TOTAL MÉDIO}}$$

Este quociente demonstra a renovação do ativo total da empresa.

e) Retorno Sobre o Investimento Total:

$$(\text{MARGEM LÍQUIDA}) \times (\text{GIRO DO ATIVO TOTAL})$$

Este quociente representa a taxa de retorno do investimento.

f) Rentabilidade do Capital Próprio:

$$\frac{\text{LUCRO LÍQUIDO}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÉDIO}}$$

Este quociente mensura a rentabilidade do capital próprio investido na empresa.

g) Em extensão à Rentabilidade do Capital Próprio, faz-se necessário mencionar a fórmula usada para medir o efeito do "leverage" financeiro sobre o retorno dos acionistas, que é:

$$\frac{\text{TAXA DE RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}{=} = \frac{\text{RETORNO SOBRE O ATIVOS (ROI)}}{1,0 - \text{GRAU DE ENDIVIDAMENTO}}$$

Esta fórmula é útil para mostrar como o “leverage” financeiro pode ser utilizado para aumentar a taxa de retorno sobre o Patrimônio Líquido. A variação do “leverage” é diretamente proporcional ao risco de falência da empresa.

h) Rentabilidade do Capital de Terceiro:

$$\frac{\text{LUCRO LÍQUIDO}}{\text{EXIGÍVEL MÉDIO}}$$

Este quociente indica quanto renderam os capitais de terceiros investidos na empresa.

9.4.5. Quocientes de Análise de Rentabilidade por Ações

Estes quocientes têm como finalidade avaliar uma Sociedade Anônima através de suas ações. São de grande valia aos que militam no mercado de ações, haja vista que, através deles, se podem estabelecer tendências das ações da empresa no mercado.

a) Lucro por Ações:

$$\frac{\text{LUCRO LÍQUIDO}}{\text{NÚMERO DE AÇÕES EMITIDAS}}$$

Este quociente representa o Lucro Líquido (após o Imposto de Renda) auferido por cada ação emitida pela empresa.

b) Índices Preço/Lucro (P/L):

$$PL = \frac{\text{PREÇO DE MERCADO DA AÇÃO}}{\text{LUCRO POR AÇÃO}}$$

O P/L determina a quantidade de anos que se levará para recuperar o capital investido na aquisição da ação.

9.4.6 — Quocientes de Cobertura

Estes quocientes avaliam a capacidade da empresa em satisfazer algumas obrigações fixas, principalmente as resultantes dos empréstimos da empresa.

a) Índice de Cobertura dos Juros:

$$I.C.J. = \frac{\text{LUCRO OPERACIONAL}}{\text{DESPESAS ANUAIS DE JUROS}}$$

Este índice mensura o potencial da empresa em saldar seus juros contratuais.

b) Índice de Cobertura de Juros e Principal:

$$I.C.J.P. = \frac{\text{LUCRO OPERACIONAL}}{\text{JUROS + PAGAMENTO DO PRINCIPAL} \left(\frac{1}{1-t} \right)}$$

onde:

t = taxa de Imposto de Renda aplicável ao lucro da empresa;

$1 / (1 - t)$ = a aplicação do fator tem por finalidade ajustar o pagamento do principal para o montante antes do Imposto de Renda (Ver: "Princípios de Administração Financeira", Lawrence J. Gitman, págs. 59 a 61).

METODOLOGIA

O trabalho aqui realizado, foi elaborado através de uma vasta fonte de pesquisa, onde se tentou, da melhor maneira possível, extrair os pontos essenciais para a análise financeira de uma empresa. Além de pesquisa foi também de grande valia as próprias aulas de análise que permitiram, desta forma, uma maior compreensão de determinados assuntos que trouxeram alguma dúvida.

Com relação aos aspectos formais da monografia, tentou-se seguir a forma padrão e exigida, de uma apresentação que demonstrasse clareza e possibilidade na leitura, além da alta qualidade estética do trabalho em si.

Urge ressaltar das dificuldades encontradas em relação ao apoio de alguns professores, a procura do material necessário e atualizado e do próprio fator tempo.

Sendo assim, apresentada a forma básica de realização deste trabalho, espero que, apesar da imaturidade, ele (o trabalho) tenha sido de valia e apreciação por parte dos examinadores e daqueles que de alguma forma contribuíram para a execução deste.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FRANCO, Hilário. Contabilidade Industrial, Atlas, 1993.
- GITMAN, Lawrence J. Princípios da Administração Financeira, Harper & Ron do Brasil Ltda., 1978.
- IDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de Balanços, Atlas, 1982.
- MARTINS, Eliseu e Assaf Neto, Alexandre - Administração Financeira, as Finanças das Empresas sob Condições Inflacionárias, Atlas, 1985.
- QUICI, Frederico (coordenação de). Leituras em Administração Contábil e Financeira, Fund. Get. Vargas, 1973.
- VIEIRA, Roberto. Introdução ao Orçamento Empresarial e Contabilidade Financeira, AFE/SEGRAFE.
- WALTER, Milton Augusto. Plano de Contas, Manuais CINI, 1981.
- _____ . Contabilidade Básica, Manuais CNI, 1991.
- _____ . Prática de Correção Monetária, Manuais, CNI, 1984.
- _____ . Contabilidade Societária, Manuais CINI, 1985.